

Política Internacional e Cultura de Defesa na Marinha do Brasil e na Armada Espanhola¹

Cláudio de Carvalho Silveira²

Para tratar da missão e características das marinhas brasileira e espanhola dentro de um quadro amplo de referência, é importante abordar, primeiramente, a situação do Brasil como um país da América Latina, reconhecidamente cooperativo e pacífico no âmbito do sistema internacional, como o é também a Espanha em sua relação com a União Européia (UE) em geral e, de igual modo, com os países ibéricos. Nesse sentido, o Brasil e os demais países latinos, sobretudo, no subcontinente da América do Sul, chegaram a alcançar uma posição distinta dos padrões existentes nas outras regiões do Primeiro e do Terceiro Mundo, dada a nossa herança histórico-cultural oriunda de Portugal e Espanha, criando muitos Estados que foram forjados através de acordos e guerras de independência, além de conflitos internos ocorridos ao longo do tempo (Rouquié, 1984).

Há uma base cultural relativamente comum na relação com suas ex-metrópoles, que ainda exercem influência cultural significativa sobre nós, o que facilita a busca de uma situação mais confortável para analisar as relações entre o Estado, as Forças Armadas (FFAA) e a sociedade democrática. A atual

postura predominante nesse contexto visa afastar os militares da cena política interna considerando a contenção de seu alto grau de autonomia e força política existentes em nossa história, direcionando-o de modo mais efetivo para o acompanhamento da situação internacional. Nesse caso, um bom exemplo do nexo da ação externa diplomática e militar é a presença ibero-americana, em especial, a brasileira e a espanhola, em algumas “missões de paz” da ONU na África, na Europa e na Oceania. Para o Brasil, além de mobilizar efetivos e equipamentos para alcançar seus objetivos, ajuda a consolidar o estatuto de “país pacífico”, legitimando, então, os esforços da chancelaria em perseguir o alvo da política externa, que visa aumentar a sua presença no contexto internacional através daquelas missões, delegações diplomáticas, exercícios militares conjuntos e intercâmbio de formação profissional na área de defesa nacional, tal como o faz em cooperação com a Espanha para melhor preparo e emprego do nosso Poder Naval.

Globalização e Bases de Cooperação Estratégica Brasil-Espanha

A posição do Brasil sofreu algumas modificações importantes no passado recente devido às mudanças ocorridas no plano político-estratégico mundial e da crise provocada pela Guerra Fria, com reflexos no âmbito interno durante seu processo de redemocrati-

1. Este texto é parte da pesquisa de pós-doutorado feita em 2010 e 2011 no IUGM-UNED, Madri, com o auxílio da CAPES.

2. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ.

zação. Decerto que a postura estratégica brasileira de duplo viés (diplomático-militar) é marcadamente diplomática por causa da falta de vontade política e condições materiais do país de assumir um papel expansionista, além da relativa tranquilidade do continente americano. Levando, deste modo, à modernização da Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como à necessidade de profissionalização dos efetivos, acarretando maior envolvimento do poder civil nas questões de defesa e da manutenção da soberania, apesar da assimetria de poder dos países sul-americanos frente aos europeus.

Em nossa história recente, o esforço da área da diplomacia e da defesa concentrou-se em criar condições para o aperfeiçoamento da cooperação entre ambos, contando com a presença de outros parceiros num mundo cada vez mais interdependente (Keohane, 1992). Isso resultou nas bases da criação do MERCOSUL, como uma união prioritariamente econômica (Tulchin & Bitencourt, 2005) e da UNASUL, a mais nova associação política existente entre nós, aproveitando algo da significativa experiência da UE. Com essa mudança a componente militar ficou em um plano cooperativo, mantendo o histórico princípio da dissuasão. Nesse sentido, ainda que se considerem as diferenças entre os países do subcontinente, e, desses, com o bloco dos países desenvolvidos, é importante analisar as características de parcerias envolvendo Brasil e Espanha. Nos dois países, há um razoável consenso de que devem buscar a inte-

gração regional de forma cautelosa, empreender esforços eventuais para superar dificuldades históricas da série de acordos e tratados na área de educação, ciência e tecnologia, além de buscar intercâmbio militar com o objetivo de se obter maior integração política e estratégica no campo da defesa ao longo das últimas três décadas. Entretanto, há questões geradas pela assimetria de poder político e econômico frente aos países desenvolvidos. As tentativas de abordar os problemas comuns aos países sul-americanos no desenrolar do processo de cooperação na área de segurança internacional e defesa (Bartolomé, 1999; Saint-Pierre, Winand & Pereira, 2007), afetam diretamente aspectos do poder marítimo no contexto atual de globalização nas suas atividades em várias partes do mundo, como na Europa e na América do Sul (Tangredi, 2002; Silveira, 2005), onde o Brasil e a Espanha buscam se inserir de maneira relevante.

Ao tratarem da questão do comportamento dos Estados e das instituições no sistema mundial, as relações internacionais se preocupam tradicionalmente em estudar a guerra e outros fenômenos estabelecidos nos conflitos interestatais, na tentativa de manutenção da paz, além das suas repercussões nas relações de conflito e de cooperação entre os países (Halliday, 1999). Assim, consideramos importante analisar o entorno das questões que envolvem o Brasil e a América Latina no relacionamento com seus parceiros globais, como Espanha e Europa,

seja no contexto do passado recente, da bipolaridade Leste-Oeste ou da atual dominância dos EUA no capitalismo mundial (Ayerbe, 2007; Pecequillo, 2003) em seu estilo de vida e suas determinações sócio-políticas (Negri & Hardt, 2000).

Os países da UNASUL e da UE têm caminhado investindo na direção do multilateralismo nas últimas duas décadas. Vale ressaltar que, o Brasil e certo grupo de países do Primeiro e do Terceiro Mundo têm buscado espaços de inserção no sistema que constrói barreiras e possibilidades de modificar-se, inclusive na preservação de suas características de um estado nacional afetado pela globalização. Os aspectos básicos de sua política externa e de defesa frente aos demais estados são: fazer alianças, promover intercâmbio com outras regiões (como é o caso da Europa) e realizar ações envolvendo uma série de reuniões da Cúpula Ibero-Americana, tal qual feita em Lisboa em novembro de 2009, já em sua XIX edição em função da institucionalidade do Tratado de Lisboa de 2007, reformando a UE.

Como se sabe, há uma nova agenda pós-89 no campo da segurança internacional e da defesa de narcotráfico, migrações, terrorismo, conflitos étnicos, delitos transnacionais, agressões ao meio ambiente etc., que classificou esses acontecimentos como as “novas ameaças” e afetou as relações entre esses países sem, contudo, afastar as ameaças de guerras



tradicionais. Tal situação propôs mudanças institucionais, como a criação da UNASUL e o seu CDS, trazendo novas implicações para o Brasil reestruturar os vínculos entre a diplomacia e o emprego da força.

Apesar dos governos brasileiros atribuírem prioridade na política externa e de defesa à América Latina e do Sul nas últimas décadas, não se pode esquecer as ligações histórico-culturais e estratégicas com os EUA, a África, Ásia e Oriente Médio, além da própria Europa (Vizentini, 2003). Nesse caso, Portugal e Espanha assumem especial relevância para os países sul-americanos ao estabelecer um diálogo cooperativo no campo da defesa, que envolve acordos de intercâmbio e integração técnico-científica, padronização, modernização, re-equipamento da máquina de guerra com a tipologia bélica da OTAN, operações militares e exercícios internacionais, além do investimento numa melhor formação profissional do pessoal militar-naval, voltado para as atividades clássicas de bloqueio do uso do mar, controle do tráfego marítimo, patrulha e monitoramento das águas jurisdicionais.

Outra questão é que no passado, a preocupação do país com a “Doutrina de Segurança Nacional” estava intimamente relacionada com a ditadura e a Guerra Fria, hoje, tem predominância na esfera governamental e na opinião pública o abandono dessa percepção em favor de uma sociedade democrática e pluralista, por sua

vez transformada pelo contexto internacional, como no caso de Brasil e Espanha nos anos 70 e 80. Dessa maneira, consideramos que existe a necessidade da sociedade discutir criticamente qualquer doutrina de emprego estratégico das FFAA brasileiras, com novas missões para elas.

A elaboração (1996) e a revisão (2005) de uma Política de Defesa Nacional (PDN) e a criação do Ministério da Defesa (1999) implicaram no repensar da cultura das Forças Singulares, no seu emprego estratégico e levantou ainda uma questão importante: a valorização do poder civil (Diamint, 2001; Fitch, 1998) para analisar a estrutura de forças, a segurança internacional e a nossa cultura de defesa.

Na Espanha democrática, boa parte da moldura institucional passou a ser modificada a partir da entrada desse país na OTAN e a sua presença na consolidação da UE. Tal fato tem proporcionado a dinamização do setor e a mudança do perfil daqueles que se dedicam ao trabalho nessas instituições, o que resulta na melhor qualificação dos mesmos em sua formação ético-política e influencia na mudança de aspectos organizacionais do meio militar, servindo para ajudar a pensar a realidade brasileira (Bañón & Olmeda, 1985). Em geral, o fenômeno de valorização crescente da educação para a defesa de civis e militares obedece à lógica do processo de modernização do “ethos” militar, e estão relacionados à Revolução dos Assuntos Militares (RAM); segundo o que Moskos, Williams

e Segal (2000) também denominaram criticamente de “pós-modernismo militar”, analisando as transformações na cultura organizacional e no perfil das FFAA, que incorpora novos vínculos voltados para a carreira profissional (Silveira, 2002).

A seguir, mencionaremos as características da cultura de defesa de Brasil e Espanha respectivamente, e a organização de suas marinhas, a fim de cumprir com seus compromissos internacionais e interesses nacionais.

Cultura de Defesa e a Marinha do Brasil

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabelece, no Artigo 142, que a missão das FFAA é a de defender a pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a manutenção da lei e da ordem. Há um duplo papel, de ação prioritariamente externa, mas também de atuação interna, de forma emergencial e complementar, que muitas vezes, na opinião pública, se confunde com aspectos de segurança pública e demais distúrbios sociais. Entretanto, o controle efetivo de tal situação refere-se à capacidade dos agentes sociais de formular uma resposta e de formalizar os fundamentos balizadores da ação político-estratégica brasileira. Com esta tônica, a Política de Defesa Nacional (PDN), atualizada em 2005, conta com uma avaliação do panorama internacional (regional e mundial), considerando a situação do país em ambos os planos e adotando uma visão



complexa do problema da segurança internacional, que assume dimensões econômicas, culturais e políticas e o emprego das suas FFAA de maneira prioritariamente dissuasória.

As características operacionais determinadas para as FFAA e de especial importância para a missão da Marinha do Brasil (MB), como a versatilidade, interoperabilidade, sustentabilidade, flexibilidade e mobilidade, são imperativas no processo de modernização da estrutura militar nacional. Devem criar condições para o país exercer seu direito de autodefesa e contribuir para a estabilidade regional, ajudando na dinamização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), na participação nas operações de paz da ONU, além da consideração do trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) e sua visão de multidimensionalidade da segurança internacional, e parcerias intercontinentais, como por exemplo, a UE e as suas FFAA no plano dos exercícios realizados, como nas operações UNITAS e FRATERNAL, que envolvem as marinhas atlânticas como também na compra de equipamentos militares do padrão OTAN.

Em dezembro de 2008, o Brasil criou uma Estratégia de Defesa Nacional (END), patrocinada pelo Ministério da Defesa (MD) e a Secretaria de Estudos Estratégicos (SAE), com objetivo de proporcionar um ambiente de paz e segurança para o país, conforme está manifesto no seu conteúdo (MD/SAE, 2008). Apesar da

situação de tranquilidade e pacifismo é necessário que a sociedade brasileira se envolva com o tema por ser de interesse básico do Estado e válido para todos os seus membros, levando aos cidadãos uma “nova postura no campo da defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro”. Nesse documento há a preocupação de que a defesa seja definitivamente posta na agenda nacional, deixando de ser apenas uma área de saber técnico-profissional de todos militares e poucos civis.

Através de seus representantes políticos, administrativos, especialistas e acadêmicos, os cidadãos podem contribuir para aperfeiçoar os princípios estabelecidos na END que está estruturado em três eixos: a) reorganização das FFAA; b) reorganização da indústria brasileira de material de defesa e c) política de composição dos efetivos das FFAA. A END define que a MB possui três objetivos principais: a) negação do uso do mar; b) controle das áreas marítimas; c) projeção de poder. Para isso, ela tem se enquadrado no modelo de uma marinha “moderna, equilibrada e balanceada” e “em sintonia com os anseios da sociedade brasileira” (Marinha do Brasil, 2009); de porte médio tal como algumas outras marinhas de países sul-americanos.

De acordo com a preconizada na Política de Defesa Nacional, importa que a Força Naval tenha capacidade de resposta às necessidades do cenário político-estratégico regional onde nosso país está inserido. Nesse sentido,

ela tem sido continuamente voltada para a modernização dos meios materiais (como por exemplo o programa de reaparelhamento de fragatas e submarinos dos anos 70/90 - a classe *Niterói*, *Greenhalg* e a classe *Tupi*); a ampliação da capacidade aeronaval nos anos 90 - com a compra do porta-aviões *São Paulo*, além os aviões *AF1*-, a modernização de seu programa nuclear, que se desenvolve desde 1979 com aquilo que tem sido feito desde o início dos anos 2000; a melhoria das condições dos meios navais, feita através de convênio com a França, resultando na compra de submarinos da classe *Scorpène* e na montagem de uma nova fábrica de helicópteros - incluindo a transferência de tecnologia para o Brasil, a fim de construir esses mesmos meios em nossas fábricas e dotar o país de maior capacidade estratégica).

Com a expectativa de maior exploração de recursos naturais advindos das bacias petrolíferas recém-descobertas no litoral brasileiro, conhecidas como pré-sal, aumenta a necessidade de reaparelhamento naval nas forças de superfície, aviação naval e nas operações dos fuzileiros. Essa situação põe a MB em evidência no que tange à projeção de poder e presença no Atlântico Sul, nas funções de aprestamento para o combate, e de patrulhamento da zona econômica exclusiva, a qual a MB apelidou de *Amazônia Azul* para ressaltar a sua importância, como das demais águas jurisdicionais brasileiras. Nesse caso, vale dizer que a MB também tem

a responsabilidade pela vigilância das bacias hidrográficas brasileiras, dentre as quais, a Paraná-Tietê e a Amazônica, localizadas respectivamente no oeste e norte do país. Ainda que nestas áreas ela exerça uma função de defesa secundária, em relação ao Exército e a Aeronáutica, sua atuação é importante na vigilância e controle do tráfego fluvial na região. Por esta razão, o Atlântico Sul é uma área preponderante de operações navais na defesa dos interesses brasileiros, nos exercícios conjuntos com marinhas de nações amigas e no resgate e salvamento marítimo. A atuação da MB vai da região do Caribe -onde participa de missões de paz, como a Missão de Paz no Haiti (MINUSTAH)-  Antártica, onde trabalha no apoio à pesquisa científica de cunho civil e militar, cobrindo uma considerável área da águas do hemisfério ocidental.

Essa Força se preocupa com o crescimento de uma cultura voltada à consciência de maritimidade, apoiada nos valores estabelecidos pela defesa nacional para o conhecimento do povo brasileiro, promovendo eventos em suas instituições acadêmicas, culturais e de comunicação social, com a presença de militares e civis nacionais e estrangeiros (Silveira, 2009).

B) Cultura de Defesa e Armada Espanhola

A missão constitucional das FFAA espanholas está em garantir a independência e a soberania, defender a integridade do território e o ordenamento constitucional, debaixo do comando do

Rei, seu chefe supremo, pois representa o Estado e a nao. Para declarar a guerra e estabelecer a paz  necessário ter a autorização do parlamento. Cabe ao primeiro-ministro a condução da administração da política interna e externa, vinculando as organizações civis e militares  defesa do Estado democrático de direito e social.

Eles se pautam no dispositivo legal de colaboração com o fortalecimento da paz e da cooperação com todos os povos, segundo a Lei Orgânica da Defesa Nacional de novembro de 2005. Por sua vez, a responsabilidade pela defesa nacional é algo que não se resume às FFAA, pois o cidadão tem o direito e o dever de lutar por ela. Isso representa a adoção de um modelo integrado a outros órgãos da sociedade espanhola e dos poderes públicos (Fernandez-Villacanas Marín, 2002).

Os objetivos da defesa nacional são debatidos pelo parlamento nos marcos dos interesses nacionais do Reino da Espanha e da preservação da paz e da segurança internacional, após a formulação da Diretriz de Defesa Nacional aprovada em dezembro de 2008. Ela se constitui pelos aspectos dos compromissos internacionais da Espanha através de uma concepção multilateral, legalista e pacífica para a resolução de conflitos nas relações internacionais. Isso é feito visando o máximo de respaldo da sociedade espanhola, em que se prima pela sua identificação com as FFAA, e com as sociedades europeias pertencentes à UE, visto que a segurança é

compartilhada com os outros países integrantes do bloco.

Outro documento é a Estratégia de Segurança Nacional, que detalha os procedimentos da política de defesa, e sua condução pelo Estado. O controle dos graus de cumprimento das missões militares  sua operacionalidade pelo Conselho de Defesa Nacional, que, como órgão de assessoria e coordenação ao primeiro-ministro, se articula com outras instâncias ministeriais para fazer valer o que foi planejado em termos das ações e do planejamento militar, determinando que haja uma constante modernização, através de alocação de recursos humanos e materiais, além do estabelecimento de tratados e convênios que possam vir a ser do interesse da defesa e aprimoramento do emprego do dispositivo militar.

A legislação espanhola estipula que deve ser feita uma revisão da Estratégia a cada quatro anos, a fim de contribuir com a execução dos acordos firmados pelo país e a OTAN. Por exemplo, o governo trabalha atualmente com o aprimoramento dos equipamentos de ao no projeto “Combatente do Futuro”, que se iniciou em 2004 e neste ano tem dado resultados - como a utilização de um aparato tecnológico incorporado ao uniforme (armamento, capacete e visor eletrnico utilizados pelo Exército, como um combatente de primeira geração)-, dando mais versatilidade e eficácia no cumprimento das missões. Tal empreendimento tem parceria com o setor empresarial privado, e disporá a tecnologia empregada também para o uso civil.



Na Armada tem sido feita uma nova geração de navios de ação marítima (BAM), que incorpora as novas tecnologias na sua operação. A modernização militar espanhola também está materializada de forma mais plena na carreira militar; com boas oportunidades para os jovens, homens e mulheres, como no caso da Armada (Ministerio de Defensa, 2009).

A diretriz de defesa nacional tem produzido indicadores importantes para a Armada Espanhola, atualizando e adaptando as linhas gerais normatizadas pelo escopo legal através do documento Linhas Gerais da Armada, originalmente de 2004 e reafirmados em 2007 (Armada Espanhola, 2009). Ela estabelece as estruturas de comando, e operações próprias e combinadas, com as responsabilidades dos chefes e seus subordinados, como a Lei da Tropa e Marinharia de 2006, que trata do modelo profissional feito para as missões de combate e de paz, em função da manutenção da segurança marítima e estabilidade da Espanha no continente europeu. Para isso, aposta no investimento e desenvolvimento de suas capacidades, a fim de promover um vínculo forte e efetivo da estrutura de forças com os interesses -presentes e futuros- da Espanha, de acordo com uma visão estratégica própria. Essa estabelece que o mar é vital para o país proteger sua soberania e manter o seu uso pelo país. Nesse sentido, a Armada Espanhola contribui para a segurança nacional e continental, cooperando com a

estabilidade global. Desse modo, a Armada deve estar preparada para: assegurar a projeção de poder no Atlântico e no Mediterrâneo, proteger o tráfego marítimo, combater às ameaças tradicionais, as novas ameaças assimétricas e os ilícitos transacionais. Ao mesmo tempo, necessita possuir mobilidade para responder às demandas requeridas em outras partes do globo, de acordo com o estabelecido pelo poder político.

Segundo o Chefe do Estado Maior da Armada, a economia globalizada multiplicou o intercâmbio e o uso da via marítima para as atividades de comércio de bens e produtos energéticos. Outro efeito da globalização foi o advento das ameaças assimétricas, levando as marinhas a ter uma atitude mais cooperativa do que confrontativa, dado que as vulnerabilidades atingem de modo comum a vários países, como se observa atualmente na Europa, já que essa atitude gera maior confiança mútua entre os países europeus, africanos e médio-orientais. Assim, o mar deve ser um espaço de garantia da estabilidade para alijar o progresso de conflitos dessa ordem, pois a Armada pode movimentar-se em espaços livres e adquirir uma especial capacidade de presença, incrementando a interoperabilidade com outras marinhas e demais FFAA e utilizando largamente as novas ferramentas tecnológicas disponíveis para atuar nas guerras e demais conflitos armados. A Armada também atua nas atividades de cunho humanitário, nos desastres ambi-

entais, nas missões de paz e no combate à imigração ilegal para o continente europeu, principalmente a que ocorre via Mediterrâneo e no combate à pirataria nas costas africanas.

Nas operações de segurança, ressalta-se a necessidade de que deve dispor de intensa capacidade de coordenação de informações e cooperação com agências civis e instâncias militares de dentro e fora do país. Deve-se aqui destacar que a Espanha conta com uma Guarda Civil Marítima, que faz as vezes de uma guarda costeira e está subordinada ao Ministério do Interior, mas, outrora se reportava à Armada. Entretanto, ambas possuem um vínculo estreito de ação e intercâmbio para a proteção do mar espanhol, no que verificamos ser distinto da realidade brasileira, posto que não há essa divisão operacional em nossa corporação naval.

A modernização organizacional prossegue na melhoria dos meios navais; a qualificação do pessoal tem sido uma constante na realidade espanhola. Para cumprir sua missão, a Armada Espanhola desenvolve suas ações de projeção de poder e prevenção de conflitos com uma constante atualização técnica, como a incorporação de nova classe de submarinos *S 80* e navios de superfície (como os da classe *Meteoro*) e o reaparelhamento do porta-aviões *Príncipe de Astúrias*, navios anfíbios e fragatas da classe *Santa Maria*, além de outros navios para

resgate e pesquisa oceanográfica. Tal plano também contempla a compra de mísseis helicópteros e aviões para a força aeronaval. Mesmo a modernização espacial dos navios inclui a consideração da vida de mulheres a bordo, e a sua necessidade de alguma privacidade (Rebollo García, 2008).

Enfim, a Armada Espanhola se apresenta como uma tarefa diplomático-militar, contribuindo não só para o processo de cooperação e integração europeia, como também com o aprofundamento dos vínculos com países americanos, africanos e asiáticos e seus setores militares e civis. Para tal, busca, com o crescimento do grau de consciência marítima nacional diante da opinião pública, fomentar uma cultura de defesa, através de instituições sobre o preparo e emprego militar-naval no Centro de Estudos de Defesa Nacional (CESEDEN) e também promover a discussão junto com outras FFAA e instituições acadêmicas civis.

Considerações Finais

Destacamos que diferenças e semelhanças importantes podem ser ressaltadas sobre a realidade da MB e da AE. Dentre elas, a definição de interesses nacionais e a inserção no plano regional de integração e cooperação, sendo as duas Marinhas de porte médio e de inserção limitada no plano mundial. O Brasil não faz parte de nenhuma aliança político-estratégica como a Espanha em relação à OTAN, que por sua vez, é conduzida pelos interesses dos EUA e

das principais potências europeias. No entanto, estamos abaixo das restrições desses países. A realidade da UNASUL e do seu CDS tem mais a ver com a declaração de boas intenções do que a realidade mais palpável e institucionalizada da UE e da Aliança Atlântica, embora haja impasses e contradições entre ambas. Não se tem interesse, nem capacidade instalada, para criar uma OTAS. Entretanto, a Espanha goza de maiores privilégios e condições políticas internacionais para a máquina militar, levando sua Armada a um estado de modernização mais completa que a MB; essa faz parcerias com a própria AE e outras marinhas europeias para tentar vencer suas vulnerabilidades.

Por sua intensa presença sub-regional e maior responsabilidade e interesses nas riquezas do Atlântico Sul, o Brasil pode ter mais capacidade de se desenvolver de maneira a criar parcerias também com países africanos, asiáticos e sul-americanos, ao estilo sul-sul, para tentar alcançar maior autonomia tecnológica dentro das exigências estabelecidas pelo padrão imposto pela OTAN. A partir de alguma proximidade cultural, as duas marinhas podem exercer maior cooperação na Antártica e nas missões de paz, trabalhando no Haiti e África - levando maior integração da comunidade ibero-americana, com mais intercâmbio e treinamento em atividades técnico-operacionais, como também no combate ao terrorismo e às atividades ilícitas, apesar de não estarem envolvidos diretamente

nessas missões, como o combate à pirataria (tal como acontece nas costas atlântica e índica da África e ao narcotráfico na costa desse continente e na América do Sul).

No que se refere aos conflitos tradicionais, a Espanha difere do Brasil, que não se envolve diretamente em guerras há muitas décadas. Por isso que a formação dos recursos humanos, através do padrão OTAN, tem contribuído para a atualização dos brasileiros através da formação ministrada no CESEDEN. Nessa e em outras instituições, a Espanha está num processo de construir maior envolvimento dos civis no planejamento de defesa, dentro e fora do âmbito do MD.

Enfim, ambos os países têm levado em conta a necessidade de manter aprimorada sua cultura de defesa e debate sobre a segurança internacional, como um tipo de política pública de estado, que qualifique melhor o curso do emprego do seu Poder Naval.

Referências

- Armada Española (2009) *Líneas Generales de La Armada 2007*. Disponível em www.mar.mindef.es.
- Ayerbe, L (2004) *Dimensões Histórico-Culturais da Ordem Internacional. A América Latina e a "Ocidentalização" do Mundo*. In: Villa, R., D. e Mathias, S. K, *Ensaio Latino-Americanos de Política Internacional*, São Paulo, Hucitec.
- Bañón, Rafael; Olmeda, Jorge A. (1985) *La Institución Militar em*

- El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial.
- Bartolomé, M. C. (1999) *La Seguridad Internacional (Después de la Guerra Fría)*, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales.
- Chacon, V. (1979) *A Experiência Espanhola*, Brasília, Ed. UNB.
- Diamint, R. A. (2001) *Democracia Y Seguridad en América Latina*, Buenos Aires, Nuevohacer.
- Fernandez-Villacañasmari (2002) *La Gestión Estratégica de La Imagen Institucional de las Fuerzas Armadas*, Seminário REDES-2002, CHDS, Brasília.
- Fitch, S. (1998) *The Armed Forces and Democracy in Latin America*, Baltimore, The John Hopkins University Press.
- Fernandes, L. (2002) A Reconfiguração da Ordem Mundial no Início do Século XXI. In: Rebelo, A.; Cardim, C. H.; Fernandes, *Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI*, Brasília, Câmara dos Deputados.
- Halliday, F. (1999) *Repensando as Relações Internacionais*, Porto Alegre, Ed UFRGS.
- Janowitz, M. (1967) *O Soldado Profissional*, Rio de Janeiro, GRD.
- Keohane, R. (1992) Soberania Estatal e Instituições Multilaterais: respostas à interdependência assimétrica. In: Moisés, J. A., *O Futuro do Brasil: a América Latina e o Fim da Guerra Fria*, Rio de Janeiro, Paz e Terra / São Paulo EDUSP.
- Marinha do Brasil, (2009) *Missão e Visão da Marinha*, www.mar.mil.br.
- Ministerio de Defensa de España (2009) *10 Años de Mujeres Soldados Y Marineros*.
- Ministério da Defesa / Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2008) *Estratégia de Defesa Nacional*, Brasília, DF.
- Pecequillo, C. S. (2003) As Faces e Consequências do Terror: de 11/09 à Doutrina Bush. *Idéias (Terrorismo e Guerra)* Revista do IFCH-UNICAMP vol.10 n.2 p 55-82.
- Presidência da República (2005) *Política de Defesa Nacional*, Brasília.
- Rebollo Garcia, M. (2008) The Spanish Navy, entrevista concedida à revista *Naval Forces*, novembro.
- Rouquié, A. (1984) *O Estado Militar na América Latina*, São Paulo, Alfa-Omega.
- Saint-Pierre, H.; Winand, E; Pereira (2004) Compassos e Descompassos da Cooperação em Segurança entre Brasil e Argentina. In: Villa, R. D.; Mathias, S. K., *Ensaio Latino-Americanos de Política Internacional*, São Paulo, Hucitec.
- Silveira, C. de C. (2005) *A Formação Militar-Naval Brasil Argentina no Contexto de Cooperação no Atlântico Sul*, GEDES-UNESPFHDSS-Franca.
- _____. (2002) *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: Educação, Profissão, Pensamento Estratégico (1978-2001)*, Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP.
- _____. (2009) O Centro de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval: a promoção de debates entre militares e civis. *Revista da Escola de Guerra Naval*, n. 13, junho, p. 60-93.
- Tangredi, S. J. (2002) *Globalization and Maritime Power*, Washington, National Defense University.
- Tulchin, J. S.; Bitencourt, L. (2005) *Mercosur and the Creation of the Free Trade Area of the Americas*, Washington D. C., Woodrow Wilson Center for Scholars.
- Vizentini, P. F. (2003) Política de Defesa e Segurança do Brasil para o Século XXI: soberania, questão amazônica e integração sul-americana. In: Rebelo, A.; Fernandes, L. (org), *Política de Defesa Para o Século XXI*, Brasília, Câmara dos Deputados.